

A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

ANTONIO ESCANDIEL DE SOUZA¹

asouza@unicruz.edu.br

SÍLVIA PAUTZ²

ABSTRACT

This article is a result of a developing project by Universidade de Cruz Alta. The methodology used consists of reading and application of questionnaires and interviews with students of primary and high schools from Panambi. The previous outcomes suggest that the reason of some discrimination in the classroom is due to the student's speaking way and some teachers don't realize yet the enormous linguistic diversity in our country. In this sense, many traditional teachers discriminate their students because according to them, the pupils don't know the Portuguese language. In fact these professionals don't notice the linguistic diversity of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A língua de um povo constitui-se como um dos seus bens mais preciosos. É na língua que se apresentam refletidas as representações e construções de uma sociedade. É pela língua que se dão as relações de poder e dominação, os consensos, as discórdias, as transmissões culturais. Assim como é pela língua que o sujeito constrói seu lugar na sociedade, também é através dela que é excluído.

Considerando que as cidades de nossa região são formadas pela união de diversas raças e povos, é impossível ignorar que a diversidade étnica caracteriza nosso país. A língua, em suas diversas formas e variantes, é uma entidade viva, dinâmica e é o código utilizado pelo ser humano para se comunicar com seus semelhantes, trocar informações, difundir idéias e conceitos. O uso da escrita desenvolveu a comunicação entre os homens permitindo-lhes remontar as barreiras do tempo na recepção de mensagens, além de ajudar muito no desenvolvimento intelectual do ser humano. Ademais, seu domínio passou a figurar, socialmente, como prestígio social e instrumento de ascensão profissional. Devido a constantes inovações, a escola está deixando de ser apenas o local onde se acumulam conhecimentos, que tem no professor o depositário da sabedoria e no estudo, um fim em si mesmo. A escola passou a ser um ambiente voltado à reflexão e o educador passou a atuar como mediador da aprendizagem, sabendo respeitar e interagir com as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas do educando. A sociedade está cada vez mais exigente, então não basta seguir rigidamente as normas lingüísticas, sem deixar espaço para o desenvolvimento do educando como ser crítico, capaz de expressar suas idéias e lutar pelos seus ideais.

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca. (SIGNORINI, 2002. p. 76-77)

É importante ter um discurso condizente com a realidade social, mas a consideração da modalidade lingüística que o educando traz de casa, é essencial, já que a democracia e a liberdade de expressão devem acontecer desde o espaço escolar e, porque por meio dessa linguagem é possível estabelecer a comunicação. Com respeito pela linguagem do aluno, é possível levá-lo a aprimorar-se da variedade lingüística valorizada socialmente, o que possibilitará a ele a adequação de uso da linguagem às diversas situações sociais em que precise se manifestar. Ao contrário do ensino tradicional, que silencia, e contribui, desse modo, para a manutenção da ordem social vigente, com as mudanças no ensino poderão ser conseguidas mudanças sociais ao se garantir que a possibilidade de expressão deixe de ser sonogada à grande parcela da população. Não é preciso substituir a modalidade do aluno, mas é possível fornecer-lhe outra adicional, a de maior prestígio, para que, com isso, ao mesmo tempo em que ele possa conseguir sua ascensão social, também continue participando de seu grupo de origem, não sofrendo, assim, um processo de despersonalização.

Faz-se necessário o ensino da forma para enriquecer e contribuir com o desenvolvimento cognitivo do educando, bem como ampliar o seu léxico, porém não se deve impor bruscamente o padrão sob pena de continuar promovendo, na sociedade, o complexo de incompetência lingüística, que gera alienação. Seria necessário ao professor falante da forma culta se familiarizar com a nova realidade escolar, conduzindo o aluno a alternar fala familiar com a norma culta, em função das situações de interação verbal.

Diante dessa problemática da linguagem foi elaborado um projeto de pesquisa, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento lingüístico no contexto escolar, bem como ampliar o conhecimento nessa área, promovendo assim uma reflexão acerca dos problemas relacionados ao uso da linguagem, a fim de que os educadores possam trabalhar de forma contextualizada com a realidade dos alunos e da escola, num processo educativo coletivo de construção e troca do conhecimento, visando a um ensino significativo com o intuito de proporcionar aos educandos uma educação modernizada, atendendo as exigências da nova era, mas acima de tudo respeitando as diversidades sócio-culturais e étnicas da cada ser. Pretende-se apresentar aqui alguns resultados parciais da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ato de educar, na atualidade, tem se apresentado como um desafio aos educadores, já que o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se cada vez mais no novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola reflexiva voltada para a formação de

cidadãos, espaço de transformação onde seja permitido a todos o acesso de conhecimento socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

A população vive em uma era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para a sociedade. Tal influência do processo de modernização impõe uma revisão dos métodos de ensinar e aprender, enfatizando o uso da língua como instrumento de transformação social, através da educação.

Para Soares (1980), a transformação social através da educação será conseguida com uma escola que leve a um bidialetalismo funcional, porém não com o objetivo de substituir a variedade lingüística do aluno pela variedade privilegiada, mas para que o educando compreenda as relações de força que se estabelecem socialmente e qual a posição de sua variedade na economia dessas relações. Propondo-se ao aluno, assim, “um bidialetalismo não para sua adaptação, mas para a transformação de suas condições de marginalidade” (SOARES, 1980:78). A proposta pedagógica para uma escola transformadora baseada no bidialetalismo pede que se observem diferenças entre o dialeto de prestígio e os dialetos populares, rejeitando a qualificação destes como deficientes. Assim, a apropriação do dialeto de prestígio pelas camadas populares se realiza não com objetivo de substituição de seu dialeto de classe, mas para que se acrescente a ele, como mais instrumento de comunicação.

Em primeiro lugar, uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio (argumento em que se fundamenta a proposta da teoria das diferenças lingüísticas), mas também, e sobretudo, porque essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição *da classe social*, através da rejeição de sua linguagem. Em segundo lugar, uma escola transformadora atribui ao bidialetalismo a função não de *adequação* do aluno às exigências da estrutura social, como faz a teoria das diferenças lingüísticas, mas a de *instrumentalização* do aluno, para que adquira condições de participação na luta contra desigualdades inerentes a essa estrutura. (SOARES, 1980:74)

Com essa mudança de perspectiva, não mais se considera uma única variedade lingüística como a língua correta, com base na qual se julgam como erradas, pobres, as demais variedades lingüísticas. Desse modo, são considerados os diversos fatores que contribuem para a diversidade lingüística – econômicos, sociais, culturais, políticos, ideológicos – de que a escola e as variedades lingüísticas são produto. Um ensino de língua materna comprometido com a luta as desigualdades sociais tem como objetivo levar os alunos pertencentes às camadas populares a dominar o dialeto de prestígio. Isso implica na construção de uma metodologia de ensino que, “a partir dos contrastes entre dialetos não-padrão e o dialeto-padrão, possa conduzir eficazmente ao domínio deste” (SOARES, 1980: 79) e assim, o ensino por meio da língua, tornam-se não apenas tarefas técnicas, mas também, e sobretudo, políticas.

2.1 A sociolingüística e a diversidade na língua de um grupo social

Inicialmente vale destacar que a sociolingüística mescla o estudo de duas outras: a Sociologia e a Lingüística. Reconhece-se a importância da Sociolingüística visto que entre sociedade e língua não há uma relação de mera casualidade, pois desde que o falante nasce, uma infinidade de signos lingüísticos chega até ele através da comunidade que o cerca e suas capacidades comunicativas começam a tornar-se reais quando, por associação e imitação, começa a formular suas mensagens, que irão ser aperfeiçoadas de acordo com o estímulo recebido e aplicação referente a empenho do sujeito.

O estímulo sempre existiu durante todas as eras da civilização humana, pois é ele o suporte da dinâmica social, surgindo da necessidade de fazer-se entender, tornando a língua um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua e, principalmente, o requisito primordial para a existência da sociedade. O estímulo atualmente é concretizado de forma excepcionalmente maciça, e abrange todos os segmentos da sociedade, sendo em alguns casos mais sadia, proveitosa e culta que outros e se manifesta através de vários canais como se falas dos sujeitos coexistentes em seu ambiente social, as experiências resultantes da relação sujeito-sujeito, os livros, a televisão, o cinema, a imprensa, o rádio, o telefone, os cartazes de propaganda, os desenhos, as músicas, etc.

A língua, como pioneira e indispensável na formação da sociedade, tem como esta, variações etnológicas oriundas de culturas diferentes (área da Etnolingüística). Mas as diferenças não se limitam ao visível, óbvio princípio do mundo poliglota. Dentro de um mesmo grupo social as particularidades da linguagem são notadas ou apresentam diferenças gritantes e até preconceituosas, constituindo em fenômeno lingüístico e sociais configurando o campo de atuação e estudo da Sociolingüística.

A Sociolingüística aborda “problemas” que vão além de relações simplistas entre a língua e a sociedade. Ela estuda a estrutura lingüística e a estrutura social, comparando-as e mostrando as variações sistemáticas entre elas para proporcionar um relacionamento causal em uma direção ou em outra, privilegiando a diversidade lingüística, limitando suas dimensões que, a princípio, são: a do emissor, a do receptor e a da situação (contexto em que ocorrer).

A primeira dimensão diz respeito à identidade social do falante, a segunda compreende a identidade social do ouvinte e a terceira envolve todos os elementos possíveis no contexto da comunicação, exceto os da primeira e segunda dimensão, sendo a língua um acontecimento cuja estrutura e léxico funcionariam como elementos representativos da variação social, onde a fala apresenta variações de escolha por um lado e de outro a força repressiva da norma comum, onde o primeiro fenômeno constitui um dos principais problemas

as Sociolingüística: a diversidade/uniformidade, condicionada por fatores extralingüísticos.

Os fatores extralingüísticos influentes no modo de falar do indivíduo têm várias tentativas de classificação e elas envolvem distinções geográficas, históricas, econômicas, política, sociológicas e estéticas. As classificações visam o fenômeno da comunicação e apontam problemas de relacionamento no trinômio falante-ouvinte-situação. A seguir, duas das classificações.

Para Preti (1982), o que se procura na fala de um indivíduo são os índices de sua classificação social. Segundo ela, as variações extralingüísticas que podem manifestar-se no diálogo são de três espécies:

- Geográficas: envolvem as variações e é necessário separá-las com cuidado, par que as diferenças por elas determinadas não sejam confundidas com as ocorridas por influência sociológica, numa mesma comunidade;
- Sociológicas: compreendem as variações provenientes da idade, sexo, profissão, nível de estudo, classe social, localização dentro da mesma região, raça, as quais podem determinar traços originais na linguagem individual;
- Contextuais: constam de tudo aquilo que pode detectar diferenças na linguagem do locutor, por influências alheias a ele, como por exemplo, o assunto, o tipo de ouvinte, o lugar que o diálogo ocorre e as relações que unem os interlocutores.

Tratando da individualidade do saber lingüístico, Preti (1982) apresenta as variedades da língua disposta em dois grupos:

- Variedades sincrônicas: cronologicamente simultâneas, observáveis num mesmo plano temporal. Compreenderiam as variações causadas por fatores geográficos, sócio-culturais e estilísticos;
- Variedades diacrônicas: compreendem aquelas dispostas em vários planos de uma só tradição histórica.

O autor salienta que, “o indivíduo não apenas sabe falar, mas também sabe como outros falam”, gerando o problema, dentre outros, de saber até que ponto o conhecimento lingüístico, expresso na fala do indivíduo, revelaria de fato o seu nível de linguagem, pois o falante, além dos signos lingüísticos habituais (vocabulário ativo), conhece outra forma que não utiliza, mas que são usados por outro, como locutores nesses atos de fala em que ele, como receptor, os reconhece e compreende. A esse fenômeno (saber ativo do sujeito expresso na fala) denomina-se “idioleto produtivo” e “idioleto receptivo” (conhecimento passivos dele, provenientes da linguagem dos emissores que ouve).

A esse fato pode-se também citar o problema da compreensão da variação lingüística como erro na língua, fazendo dos falantes alvos de preconceito e escárnio, tendo como fomentadora a grande proliferação dos meios de comunicação em massa, desviando a linguagem de sua finalidade que é a comunicação entre as pessoas.

2.2 Uma visão lingüística da gramática

Uma das principais causas de um ensino de língua materna mal orientado, na escola tradicional, é o pressuposto de que o aluno não sabe a língua. Quando isso ocorre, professores recorrem à teoria gramatical como se estivessem ensinado português a estrangeiros.

Segundo Luft (1985), todo falante nativo compreende sua língua materna e é sobre essa base que o educador deverá construir sua aula, procurando descobrir que tipo de gramática o aluno traz interiorizado, de onde ele vem, qual seu meio social e quais são as características pessoais de sua fala.

É necessário conhecer muito bem o que a criança ou o adolescente “traz” consigo, qual é o seu equipamento enquanto emissor e receptor e, também qual foi à evolução através da qual chegou à idade escolar. Conforme Luft (1985), não se deve negligenciar os hábitos lingüísticos dos mesmos, pois estão determinados pelo fato de que vivem numa certa área caracterizada por particularidades regionais ou dialetais. Subentende-se, que o educador deverá explorar esse saber prévio da língua coloquial do aluno a um outro saber mais formal.

O aspecto do não reconhecimento da diversidade do português falado é visto também na escola, como déficit, pois apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, isto é, a língua falada não vem ao encontro da norma culta ensinada, sendo a linguagem a principal culpada pelo fracasso escolar.

Para Bagno (1999), não é a grande extensão territorial do país que gera as diferenças regionais e sim, as graves diferenças de “status” social que explicam a existência, em nosso país, de um real abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro e os falantes da variedade culta.

A escola geralmente não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, impondo assim, sua lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de grau de escolarização. (BAGNO, 1999: 15).

O déficit é cultural e não lingüístico porque irá depender do contexto cultural do qual o aluno vive para definir seu fraco desempenho escolar. Lopes apud Bernstein (1982) argumenta que não há nenhuma relação de causalidade entre diferença lingüística e diferenças cognitivas entre alunos de classe média alta, que têm acesso a dois códigos diferentes, e os da classe trabalhadora, que só utilizam o código restrito. O fato, de um discente usar uma outra linguagem, não tem implicações sobre sua estrutura cognitiva.

Outro fator importantíssimo, muito comum e nosso meio é o mito de que “brasileiros não sabem português”. Todo falante nativo sabe sua língua. Conforme

Bagno (1999), está provado e comprovado que uma criança entre os 3 e 4 anos de idade já domina perfeitamente as normas gramaticais de sua língua. Então, o que está acontecendo? Será que o ensino tradicional da língua está levando em conta o uso brasileiro do português? Provavelmente não, porque se tivesse não haveria tantas pessoas sendo discriminadas, quase que “apedrejadas” pelos professores tradicionais ou pela comunidade culta.

Portanto, cabe à escola e todas demais instituições voltadas para a educação e a cultura, desmistificar a “unidade” do português no Brasil e assim, reconhecer a imensa diversidade lingüística do país, podendo melhorar o planejamento de suas políticas de ação, bem como facilitar o ensino à norma culta na sala de aula.

A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que tem a ver com a identidade dos falantes e também com as variedades devidas à situação. Nesse sentido, pode-se apontar os seguintes elementos relacionados às variações sociais do falante: idade, sexo, raça ou cultura, profissão, posição social, grau de escolaridade, local em que reside na localidade.

Dialeto pode ser considerado como a variedade de uma língua diferente de acordo como o usuário a usa e divide-se em duas variedades: linguagem subcultura ou popular. Cada uma desempenha seu papel específico na comunidade, fenômeno a que chamamos de doglossia.

O dialeto culto serve diretamente às intenções do ensino, no sentido de padronizar a língua, criando condições ideais de comunicação entre as várias áreas geográficas e também propiciando aos estudantes meios para a leitura e compreensão dos textos. (PRETI, 1982:27)

O autor apresenta um paralelo das características dos dialetos sociais:

Culto: padrão lingüístico; maior prestígio; situações mais formais; falantes cultos; literatura e linguagem escrita; sintaxe mais completa; vocabulário mais amplo; vocabulário técnico; maior ligação com a gramática e com a língua dos escritores.

Comum: É a linguagem intermediária.

Popular: subpadrão lingüístico; menor prestígio; situações menos formais; falantes do povo menos culto; linguagem escrita popular; redução sintática; vocabulário restrito; gíria, linguagem obscena; fora dos padrões da gramática tradicional.

Estas características tendem a evoluir, a modificar-se. A linguagem popular, por exemplo, poderá chegar a um dialeto social vulgar, ligado aos analfabetos. A linguagem comum é usada pelas pessoas que falam os dois dialetos. Hoje, essa separação é quase impossível. Já, a culta poderá atingir uma linguagem fora da realidade falada. Porém, essa subdivisão apenas trazem mais problemas para variedade sócio-cultural da linguagem, pois não se saberia mais onde começaria a linguagem popular comum.

A situação ou contexto social, também é um fato muito conhecido pois, qualquer pessoa muda sua fala, de acordo com o(s) seu(s) interlocutor(es) – se este é mais velho ou hierarquicamente superior, Por exemplo – conforme o lugar em que se encontra – em um bar, em uma conferência – e até mesmo consoante, o tema da conversa – foca, assunto científico. Ou seja, todo falante varia sua fala conforme a situação em que se encontra.

Pode-se dizer que uma situação é definida pela co-ocorrência de dois (ou mais) interlocutores mutuamente relacionados de uma maneira determinada, comunicando sobre um determinado tema, num contexto determinado. Uma definição desse tipo possibilita descrever os padrões de uma certa sociedade com respeito ao uso das variedades lingüísticas. Isto é, o comportamento lingüístico está adequado às situações e que se encontram os falantes. Assim, por exemplo, o contexto social de uma defesa de mestrado e a comemoração que se segue à aprovação deste trabalho, envolve as mesmas pessoas. As diferenças existentes entre as duas situações – tema das conversas, local, estado emocional e o grau de intimidade entre os falantes, a essas variações determinadas pelo uso da língua pelo falante, em espaços diferentes dá-se o nome de níveis de fala ou registros.

Segundo Preti (1982), os níveis de fala podem ser divididos em espécies:

Formal: situações de formalidade, predomínio de linguagem culta, comportamento lingüístico mais refletido, mais tenso, vocabulário técnico, etc.

Comum: recebe contribuições de um e de outro.

Coloquial: situações familiares ou de menor formalidade, predomínio da linguagem popular, comportamento lingüístico mais distenso, gíria, linguagem afetiva, expressões obscenas, etc.

3. RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

Vale destacar que a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa constitui-se de leituras bibliográficas e aplicação de questionário e entrevistas a alunos do Ensino Fundamental e Médio de Panambi/RS, buscando subsídios práticos para estabelecer o confronto entre teoria e prática.

Os sujeitos da investigação são 102 alunos do ensino fundamental e do ensino médio, de dois educandários desse município, sendo 57 alunos do ensino fundamental e 25 do ensino médio.

A comunidade escolar é diversificada, uma parcela é oriunda da zona rural, outra dos bairros, na maioria filhos de pessoas que trabalham nos diversos empregos urbanos, assalariados, descendentes na maioria de imigrantes alemães.

As cidades são formadas pela união de diversas raças e povos, então é impossível ignorar que a diversidade étnica caracteriza nosso país, tem como estas variações etnológicas oriundas de culturas diferentes.

A língua se relaciona com sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca.” (SIGNORINI, 2002. pág.76-77)

Percebe-se então, que a língua é indispensável na formação da sociedade apesar de suas variações devido ao grupo social, não se limitam ao visível, óbvio do mundo poliglota. Em uma determinada comunidade lingüística, as particularidades da linguagem são notadas ou apresentam diferenças gritantes e preconceituosas. Conforme Preti (1982), as comunidades lingüísticas são responsáveis pelos regionalismos:

As variedades geográficas conduzem a uma oposição fundamental: linguagem urbana e linguagem rural. A primeira cada vez mais próxima da linguagem comum, pela ação decisiva que recebe dos fatores culturais (escola, meios de comunicação de massa e literatura.) A segunda, mais conservadora e isolada, extinguindo-se gradualmente.”(PRETI, 1982. Pág.19)

Uma das instituições pesquisadas está localizada na zona rural, e a maioria da sua clientela é proveniente desse local. A outra (Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire) se localiza na zona urbana, portanto a maioria dos alunos são do referido local.

Sabe-se que na fala urbana e na fala rural podem ocorrer variações devido às características do falante, ao grupo que pertence e a situação em que ocorre o ato da fala. Conforme a pesquisa, a faixa etária dos alunos varia entre 10 a 23 anos, sendo que no ensino fundamental a maioria são meninos, num total de 32 meninos e 24 meninas, já no ensino médio, as meninas estão em maior quantidade, sendo 19 entrevistadas, enquanto o total de meninos é 6.

A miscigenação é outro fator importantíssimo, quanto às características do falante. Constata-se que prevalece nas duas instituições a origem alemã. No ensino fundamental, 39 alunos são descendentes de alemães. E no ensino médio 17 pertencem a essa etnia.

Muitas escolas e professores tradicionais ainda defendem o mito que “o certo é falar assim porque se escreve assim,” (BAGNO. 1999). Razão pela qual, os alunos ainda são corrigidos pelos seus professores, por falarem por exemplo “bunito” ao invés de “bonito”. Pode-se dizer, que é um ensino totalmente artificial nas palavras de Bagno, pois as pronúncias são resultados das forças internas do idioma.

Bagno (1999) salienta ainda que “a escrita é uma tentativa de representação porque não existe nenhuma outra ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade.” (BAGNO, 1999. pág. 54)

Com relação às dificuldades encontradas na pronúncia, ainda há alunos com este problema, não tão expressivos nas escolas pesquisadas porque os jovens estão em contato direto com os meios de comunicação.

Diante das posições teóricas mencionadas anteriormente, vê-se a importância de reexaminarmos o ensino da língua falada, pois é nessa que ocorrem as mudanças e as variações que constantemente transformam nossa língua. Observa-se na cidade de Panambi, que a língua alemã ainda está muito viva, exercendo influência sobre a língua portuguesa.

Nessa influência exercida sobre o português, os problemas mais encontrados são: na distinção dos fonemas /b/ por /p/; /g/ por /c/ e /t/ por /d/, e ainda grande dificuldade na pronúncia dos /r/ /R/.

Então é necessário conhecer o que o aluno “arrasta” consigo, qual a sua evolução através da qual chegou à idade escolar, para assim explorar o saber prévio da língua coloquial do aluno a outro saber mais formal. Segundo Luft (1985), todo falante nativo compreende sua língua materna e é sobre essa base que o educador deverá construir sua aula, procurando descobrir que tipo de gramática o aluno traz interiorizado.

Outro fator muito comum na sala de aula é quanto ao constrangimento em relação à maneira de falar. Segundo os dados coletados no ensino fundamental, 24 alunos nunca se identificaram com o problema, mas 33 confirmaram que às vezes sofrem constrangimentos. No ensino médio, 16 responderam nunca ter sofrido, enquanto que 9 às vezes enfrentam o problema.

Todos sabem que no Brasil a língua oficial é o português, porém este português, em cada parte do país, possui uma variação característica, pelo fato do Brasil ser formado pela mistura de muitas raças. BAGNO (2003, pág.16) afirma:

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não por causa da grande extensão territorial do país- que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito-, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo mundo”.

Moita Lopes apud Lopes (1982) argumenta que não há nenhuma relação de causalidade entre diferenças lingüística e diferenças cognitivas entre alunos de classe média alta, que tem acesso a dois códigos diferentes, e os da classe trabalhadora, que só utilizam o código restrito. O fato de o aluno utilizar outra linguagem, não interfere no desenvolvimento cognitivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados parciais obtidos, foi possível constatar que muitas discriminações na sala de aula ocorrem devido à maneira de falar do educando e

isso ocorre porque alguns profissionais da educação ainda não assimilaram a imensa diversidade lingüística que há em nosso país. Assim, muitos professores tradicionais discriminam seus alunos porque segundo eles, esses alunos não sabem o português. Na realidade, são esses profissionais que não reconhecem a diversidade lingüística do país.

Conforme Bagno (1999), está provado e comprovado que uma criança entre os três e quatro anos de idade já domina perfeitamente as normas gramaticais de sua língua. Portanto, todo brasileiro sabe o português do Brasil, o que ele não sabe é o português de Portugal.

Já de acordo com Cagliari (1994), o processo de alfabetização é o momento mais importante da formação escolar de uma pessoa e quanto mais ciente estiver o educador de como ocorre o processo de aquisição de conhecimento de cada aluno, melhores condições terá para tornar uma aula produtiva com métodos adequados a turma, facilitando dessa forma a aprendizagem dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico o que é, como se faz**. São Paulo, Brasil, Loyola 1999.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Pontes, 1992.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **A variação lingüística**. Subsídios à proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º grau. São Paulo, SE/CENP/UNICAMP, pág 29-41, 1988.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Oficina de Lingüística Aplicada**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1996.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre. L&PM, 1985.
- PRETI, Dino. **Sociolingüística**: os níveis da fala – um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira. 4 ed. rev. e modificada, com a reelaboração de vários capítulos. São Paulo. Nacional, 1982.
- SAMBAQUY-WALLNER, Virgínia. **A língua alemã em São José do Hortêncio-RS**. Caxias do Sul: Educs, 1998.
- SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2002.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1980.

¹ Professor da Universidade de Cruz Alta; doutorando em lingüística aplicada pela UFRGS

² Acadêmica do Curso de Letras, bolsista do projeto